

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA HISTORICIDADE À ESPACIALIDADE

*Carolina Heldt D'Almeida**

THE PRODUCTION OF SPACE FROM HISTORICITY TO SPACIALITY

Resumo: O artigo é um ensaio a respeito da hipótese de interpretação do pensamento de Henri Lefebvre que sinaliza a passagem da historicidade à espacialidade e, nesse processo, expõe a função da produção do espaço na produção da sociedade contemporânea. Analisamos o movimento de sua crítica em duas de suas obras: *O Fim da História* (1971) e *A Produção do Espaço* (2000; 2006), procurando observar como esse movimento apresenta uma perspectiva metafilosófica que parece superar a centralidade do trabalho que há na teoria marxiana. A questão que examinamos é, portanto, qual seria o “sujeito” que aparece na perspectiva metafilosófica de Lefebvre.

Palavras-chave: Produção do Espaço, Centralidade do Trabalho, Espaço Urbano Contemporâneo.

Abstract: This paper is an essay on an interpretation hypothesis of Henri Lefebvre's thinking which signals the passage from spatiality to historicity and, in this process, exposes the function of the production of space in the production of contemporary society. We analyze the movement of his criticism on two of his works: *The End of History* (1971) and *The Production of Space* (2000, 2006) aiming at how this movement has a metaphilosophical perspective that seems to overcome the centrality of work that exists in the Marxian theory. The question we bring up, therefore, is that of who would be the “subject” to appear in the metaphilosophical perspective of Lefebvre.

Keywords: Production of Space, Centrality of Work, Contemporary Urban Space.

*Arquiteta formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (USJT) e Mestranda do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP). E-mail: carolheldt@gmail.com

Figura 1 - “Rua Principal - Ruas Laterais” (1929). Tela 0,83 x 0,67 m. Colônia: Wallkaf-Richartz Museum. In: ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 449.



1. LEFEBVRE, Henri. *O Fim da História*. Trad. Antonio Reis. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

2. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Usamos aqui a tradução para o português realizada pelo Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, coordenado por Sérgio Martins, e que está no prelo para a publicação: LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte: 2006.

Propõe-se aqui uma reflexão sobre a produção do espaço urbano contemporâneo, partindo de uma hipótese de interpretação do pensamento de Henri Lefebvre que sinaliza uma passagem da historicidade à espacialidade, em cujo processo é exposta a função da produção do espaço na produção da sociedade contemporânea. A reflexão é um ensaio sobre essa hipótese de interpretação baseada na análise do movimento de sua crítica em duas de suas obras: *O Fim da História* (1971)¹ e *A Produção do Espaço* (2000; 2006)², e procura observar como esse movimento apresenta uma perspectiva metafilosófica que parece prescindir, da centralidade do trabalho que há na teoria marxiana, ou superá-la.

Nas obras referidas, apesar de fundamental quando do diálogo com Marx e os marxismos, essa perspectiva não aparece como central. Henri Lefebvre parte da crítica da realidade concreta para desenvolver suas hipóteses e, nesse caso, parte do pressuposto de uma nova realidade urbana em que constata que a almejada revolução não teria levado à liberdade, e as classes trabalhadoras não teriam realizado o papel que lhes fora destinado.

No texto *O Fim da História*, uma tal constatação poderia ser tomada como uma justificativa do próprio livro. Segundo Lefebvre, “Para os seus fundadores (Hegel e Marx), a história unia indissoluvelmente verdade e sentido. A verdade falhou” (1971: 229). “A verdade é que nada encontrou o seu fim” (1971: 232), o fim da história. Isso porque o autor considera que a história não teria verificado as hipóteses hegelianas nem as marxistas, isto é, nem a história como teoria de Estado (que legitimaria uma prática), nem a história como práxis industrial, pela revolução proletária (1971: 21).

No livro, Lefebvre procura analisar nesses autores o sentido do “fim da história”, no seu tríptico aspecto: finitude, finalidade e finição. E, nessa análise, ele inclui seu terceiro autor de referência que é Nietzsche, especialmente a respeito do seu pensamento sobre “o diferente”, na teoria de uma civilização que nasce do repúdio à história (1971: 22).

Com efeito, Lefebvre desenvolverá no livro a hipótese da “saída da história”. Mas não seria uma hipótese epistemológica, e sim fundada na crítica das transformações concretas decorrentes do processo histórico.

Até meados do século XX, tanto o imperialismo (o capitalismo) como a revolução proletária se justificavam historicamente e davam às suas atitudes objetivos históricos. O proletariado tinha de realizar a sua missão histórica; uma vez que esta missão se formulava em termos políticos e práticos, os termos eram pedidos à história: tomar o poder nesta capital, pôr fim àquela autoridade abusiva, estender o movimento a este país, reclamar aquele território. Quanto ao imperialismo, atribuía-se uma missão histórica também: exportar os seus capitais ao mesmo tempo que a ciência, a técnica, o direito, a civilização. [...] Hoje, já não temos justificações históricas (1971: 238-239).

Lefebvre caracteriza aí um período de transição entre o primeiro contexto, um “período industrial”, e o “hoje”, um “período urbano”. No desenvolvimento do “período industrial”, em que para Marx haveria uma prática histórica e social, teriam sido introduzidos novos produtos, novas maneiras de produzir e novas relações de produção (diferentes da prática agrária) à escala de toda a sociedade, transformando o mundo e os homens (1971: 140).

Nesse processo, que seria um processo de mundialização da produção industrial e, conseqüentemente, de ampliação da reprodução do capital, desenvolver-se-ia uma “nova problemática” especificamente urbana e que estaria a exigir uma transformação teórica, novos conceitos e métodos – que Lefebvre procura desenvolver no sentido de busca da “saída da história”:

[...] podemos pensar que é possível, hoje em dia, uma outra estratégia, e que só ela se pode “mundializar”: a estratégia urbana, superando as questões ligadas à industrialização, unificando as novas forças sociais e políticas, transbordando a reforma urbana (confiscação do solo para construção), lutando por meios diversos [...] contra as novas formas de autoritarismo e de poder ligadas à problemática urbana (1971: 209).

Assim, a estratégia urbana seguiria o processo de mundialização desenvolvido pela industrialização, em que as questões urbanas passariam a desempenhar um papel preponderante e tornaria mais complexo um desenvolvimento que antes seria definido apenas pela industrialização (1971: 256-257). Para Lefebvre, assim se rompia com as estratégias e práxis anteriores, devido ao surgimento de uma nova problemática propriamente urbana, com novos conteúdos e nova forma³.

Esse seria o movimento da passagem da historicidade para a espacialidade. Um movimento de continuidades e descontinuidades, que Lefebvre procuraria analisar a partir do plano material e teórico, desenvolvendo a sua significação com base em novos conceitos, mas que são analisados e assentados no movimento dialético. Comenta, a esse respeito, que isso significaria uma continuidade e descontinuidade ao pensamento de Marx.

Para Marx, como para Hegel, o método dialético permite a apreensão de um movimento na sua totalidade, sem o desmontar para apreender. O que supõe a aplicação desses termos: movimento e totalidade (história e *práxis*) tendo esta uma estrutura: quotidiana e revolucionária. O método dialético supõe esta concepção do processo e das relações totalidade-elementos, estruturação-desestruturação (1971: 250).

Aqui podemos levantar duas perspectivas de análise que parecem elucidar a hipótese da passagem da historicidade à espacialidade no pensamento de Lefebvre.

A primeira refere-se à compreensão das relações totalidade-elementos em Lefebvre, a partir dos três autores referidos, no exame do movimento de passagem da totalidade industrial à totalidade urbana. É possível interpretar que a totalidade industrial, para o autor, teria fundado a sua produção prioritariamente na unidade “tempo”, base da medida de todas as coisas, uma vez que se trata de um processo de transformação de todas as coisas em mercadorias, cujo valor passa a ser determinado pelo equivalente geral, baseado na unidade de tempo de trabalho abstrato, que se abstrai do tempo cíclico da vida cotidiana – à medida que esse tempo passa a ser quantificado e mensurado, já que é delimitado, tem um limite e um fim, o próprio tempo de vida. E na mesma medida que esse processo se desenvolveria, na base de um processo de expansão (e

3. Uma reflexão contemporânea sobre os novos conteúdos e formas da problemática urbana na atualidade nos levaria a admitir que a reprodução ampliada do capital na contemporaneidade, seguindo a lógica produtiva da economia financeirizada própria do capitalismo avançado, toma o espaço como investimento produtivo e a produção da cidade como negócio. Essa avaliação, de uma forma ou de outra, vem sendo pesquisada por um conjunto amplo de autores (CARLOS, F.; VAINER, C.; ARANTES, O.; ABRAMO, P.; CHESNAIS, F.; SEABRA, O., etc.), que acabam por ressaltar a função da produção do espaço no ciclo de valorização econômica do capital produtivo na contemporaneidade, que passa pela articulação entre capital financeiro, imobiliário, industrial e fundiário e acaba por fornecer a fluidez e flexibilidade necessárias à valorização do capital imobiliário (que não se restringe mais exclusivamente à renda).

implosão) do urbano, quer dizer, de mundialização, um outro limite passaria a lhe dar forma e ganhar importância: a unidade espaço – limite e finitude do mundo e da natureza.

Essa relação da prevalência do espaço sobre o tempo não aparece exatamente explícita em *O Fim da História*, ele a aprofundará em *A Produção do Espaço*, como veremos. Contudo, parece ser na análise entre as duas obras que essa relação melhor se esclarece e se apresenta com significativa relevância para a reflexão sobre a produção do espaço urbano contemporâneo.

Outra perspectiva que se quer destacar possui relação direta com a anterior, é o importante papel que teria a cotidianidade, como mediação, nesse movimento da temporalidade à espacialidade. Isso porque Lefebvre destaca como a vida cotidiana passa a ter significação no “período industrial”, tanto do ponto de vista de sua função na reprodução do capital, que se realiza na repetitividade do cotidiano, e por meio de instituições que ordenam o cotidiano e a vida cotidiana, como pelo próprio acento que ganha a “vida cotidiana”, o homem comum, a problemática da vida comum, o tempo vivido e, obviamente aí, a cidade e a urbanidade.

Para Lefebvre, o “tempo vivido” seria, simultaneamente, mental (subjetivo), social, biológico, físico, cósmico, cíclico ou linear e, por isso, plural e diferencial. Isso seria fundamental na tese de Lefebvre, que procura incluir a noção de “o diferente”, de Nietzsche, no método dialético, ou seja, “a diferença” na totalidade, que estaria no fundamento da reflexão metafilosófica e da revolução urbana⁴.

A reflexão (meditação) metafilosófica não pode provar o seu movimento a não ser enquanto anda. [...] Este trabalho teórico só é prosseguido por referência à prática [...]. Desse modo, a teoria da sociedade urbana e do tempo-espaço diferencial não pode constituir-se a não ser em relação com a lógica das diferenças (lógica dialética), por um lado, e, por outro, com a mutação da prática industrial em prática urbana (1971: 278).

Segundo Lefebvre, as diferenças e a lógica das diferenças trariam novo conteúdo e nova forma que tenderiam a superar a prática industrial. Essa a sua tese.

Se o período da industrialização era caracterizado pela repetitividade na produção, que seria quantificada, sistematizada com base em códigos gerais, expandida para todas as coisas no mundo que seriam submetidas a uma prática homogeneizante em contradição com a diversidade, o surgimento das diferenças e, simultaneamente, da consciência das diferenças, que balizaria a via da espontaneidade, tenderia a superar as forças que convergiriam à homogeneização (1971: 265).

4. A relação entre a reflexão metafilosófica e a prática urbana na revolução urbana é melhor desenvolvida por Lefebvre em *A Revolução Urbana*: LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Se originalmente os resíduos surgiriam como particularidade daquilo que foge à regra (espaços não inteiramente programados ou prontamente predestinados), ao longo de sua resistência, poderiam elevar-se à condição de “diferente”, diante da tendência à homogeneização. Esse então seria um período de transição que poria fim ao período da história, engendrando o transhistórico – em que haveria a descoberta e a invenção de múltiplos códigos, e o tempo unitário seria abandonado para se multiplicar no reino da diferença (1971: 269-270). Do que se entende: quando forma e conteúdo não mais se separariam, tampouco tempo e espaço.

Contudo, duas questões aqui se colocam. Em que medida se poderia entender que a diferença se tornaria contradição, a pôr termo no período anterior? E quem o faz, se não mais se poderia destinar à classe trabalhadora o papel de sujeito revolucionário?

Ao que parece, para Lefebvre, na medida em que as diferenças se apresentam, resistem ou são produzidas como resíduos na sociedade homogeneizante, essa já seria uma realidade contraditória e, além disso, um espaço contraditório – como poderemos examinar melhor em *A Produção do Espaço*, à frente.

O que parece, em alguma medida, também responder à segunda questão. Em *O Fim da História*, Lefebvre comenta que o que reivindicaria a negação do trabalho, o não-trabalho, seria o grau atingido pelas forças produtivas (riqueza social e desperdício). E, nesse sentido, parece ressaltar aí o papel de certos grupos “que seriam inevitáveis”, talvez entendidos como resíduos, como a lumpen burguesia, um lumpen proletariado de marginais, de aventureiros, de criminosos, de vagabundos, de prostitutas, que reclamariam o direito à fruição (1971: 292). Diz: “Se [eles] quebram os compromissos, é porque o grau de crescimento e de desenvolvimento já não os suporta. Anuncia-se uma outra sociedade. Eles experimentam-na, propõem-na” (1971: 292). Eles poderiam então ser considerados os “sujeitos” a experimentarem a “saída da história”? Mas Lefebvre parece aprofundar sua crítica e questionar até mesmo a plausibilidade de um “sujeito histórico”.

Não há alienação que não atinja um “sujeito” no decurso da história, que não o bloqueie. Mas se o “sujeito” foge, com ele fogem quer a alienação, quer a desalienação, quer a historicidade, quer o sentido de ação com o da história. Reconstruir pois o sujeito? Sim. Onde? Como? (1971: 148).

E apenas afirma em seguida: “É preciso um Objeto” (1971: 148). Ora, seria esse objeto o espaço? E isso não seria reificá-lo? Vejamos essas questões em *A Produção do Espaço*.

Lefebvre, em *A Produção do Espaço*, define as contradições do espaço, e o próprio espaço, a partir do método regressivo-progressivo de análise, examinando espaços e modalidades de outras épocas da história, para compreender a produção do espaço e a sua virtualidade.

Ele revela seguir os passos de Marx ao pretender passar dos produtos à produção (2006: 27, advertência) e, no caso do espaço, do modo como a produção e o produto se apresentariam como dois lados inseparáveis (2006: 34, advertência). Dessa maneira, acaba por reafirmar o sentido da produção: “A produção no sentido marxista ultrapassa a oposição filosófica do ‘sujeito’ e do objeto” (2006: 3, II). Diante dessa oposição entre “sujeito” e “objeto”, incluiria um terceiro termo na dialética que seria o “objetivo”: como a atividade orientada a um objetivo; como o movimento de materiais e do material em relações de ordem, em que o que definiria a ação produtora seria a passagem incessante da temporalidade à espacialidade (2006: 3, II).

Assim, o espaço não seria nem um “sujeito” nem um “objeto”, mas, diz ele, uma realidade social, um conjunto de relações e formas (2006: 30, II). Para ele, o espaço é um produto social e, portanto, o espaço é social, contém relações sociais.

O espaço social contém, designando-lhes lugares apropriados (mais ou menos) as relações de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização especificada da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e a sua organização, portanto as finições sociais hierarquizadas (2006: 30, I).

Espaço seria então uma mediação, não podendo mais ser concebido como passivo, vazio: enquanto produto, por interação ou retroação, ele interviria na produção; como produtivo e produtor, entraria nas relações de produção e nas forças produtivas; e entraria ainda na reprodução ampliada do capital (2006: 5, advertência). E por isso considera que as contradições das relações sociais de produção – que podem provocar a passagem de um modo de produção a outro – inscrevem-se no espaço, subvertendo-o (2006: 40, I).

Lefebvre, ao contrário de reificar o espaço, dialetiza-o como produto-produtor, numa teoria unitária que reúne o físico, o social e o mental, com base na análise da relação intrínseca entre forma e conteúdo.

Ainda que desenvolva aqui movimentos de análise diversos daqueles de *O Fim da História*, ele parece reafirmar em grande medida sua tese quanto ao conteúdo da passagem do “período industrial” ao “urbano”, mas

a reforma, no sentido próprio do termo, redesenhando esse processo tempo-espacial numa relação entre a forma e o conteúdo.

O desenvolvimento de sua teoria unitária parece fornecer as bases para melhor definirmos a hipótese da passagem da historicidade à espacialidade a partir da relação totalidade-elemento, levantado anteriormente.

Ao descrever o processo de ampliação e expansão do capital, da sua mundialização, Lefebvre constata o desaparecimento do próprio trabalho (2006: 25, I) ou a ampliação da noção, das fronteiras e limites sobre o espaço de trabalho (2006: 14, III), que implicariam o desaparecimento da unidade elementar do tempo para a indústria, ou da perda da prevalência do tempo em relação ao espaço, como visto. Questão que se pode apresentar em pleno debate na contemporaneidade, sendo alcinhada de “a questão da perda da centralidade do trabalho” ou da sua reconfiguração na sociedade contemporânea de capitalismo avançado (ou “financeirizado”)⁵. Interessa ressaltar que Lefebvre entende, contudo, que a própria constituição da unidade espaço só teria sentido na relação espaço-tempo.

O que na linguagem comum denomina “matéria”, ou “natureza”, ou “realidade física” [...] reencontrou uma certa unidade. A “substância” desse cosmos (ou desse mundo) ao qual pertencem a terra e a espécie humana com sua consciência [...] tem propriedades que se resumem nesses três termos [energia, espaço e tempo]. [...] se alguém diz “tempo”, imediatamente deve dizer o que se move ou muda. Tomado separadamente, o espaço torna-se abstração vazia; assim como a energia e o tempo (2006: 18, I).

Lefebvre considera que ocorreria um movimento concreto na realidade social que teria engendrado o predomínio do espaço sobre o tempo (antes prevalecente).

Ora, o tempo desaparece no espaço social da modernidade. Ele se escreve apenas sobre os aparelhos de medida, isolados, eles também especializados: os relógios. O tempo vivido perde forma e interesse social, exceto o tempo do trabalho. O espaço econômico subordina o tempo a si; quanto ao espaço político, ele o evacua como ameaçante e perigoso (para o poder). A prioridade do econômico e, mais ainda, a do político provoca a supremacia do espaço sobre o tempo (2006: 17-18, II).

5. Veja-se a esse respeito: GORZ (1982), OFFE (1989), MEDÁ (1995), KURTZ (1999), inclusive HABERMAS (2002), TOURAINE (2005), MÉSZÁROS (2002), CHESNAIS (2005).

Lefebvre vai ressaltar como esse processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo foi teorizado por Marx a partir de uma teoria unitária baseada na tríade Terra-Trabalho-Capital e como, não por acaso, o primeiro termo dessa tríade, a Terra, que se referiria diretamente ao espaço, teria sido recorrentemente denega-

do das análises desse processo de desenvolvimento capitalista. No entanto, ele irá demonstrar como a Terra seria fundamental nesse processo (na relação entre renda, lucro e juro), e importante para se demonstrar a predominância do espaço sobre o tempo durante esse processo.

O espaço, a terra, o solo, não desapareceram, absorvidos pela produção industrial; ao contrário: integrados ao capitalismo, eles se afirmaram como elementos ou funções específicas, na sua extensão. Extensão ativa: salto adiante das forças produtivas, modalidades novas da produção, mas no quadro do modo e das relações de produção capitalistas, o que quer dizer essa extensão (da produção, das forças produtivas) se acompanha ainda de uma reprodução das relações de produção à qual a ocupação inteira do espaço pré-existente e a produção de um novo espaço não podem ser indiferentes. Não somente o capitalismo se apoderou do preexistente, da Terra, mas ele tende a produzir o espaço, o seu [espaço]. Como? Através da urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutível e do repetitivo, acumulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais [cíclicos] (2006: § 77, V).

A lógica da repetitividade e reprodutibilidade, já enunciadas por Lefebvre em O Fim da História, aqui ganha forma. E as forças homogeneizantes na produção do espaço, tal como ele as caracteriza, aqui parecem esclarecerem-se na relação forma e conteúdo.

O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais [...], métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato isolados. Pois paradoxalmente ainda esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos, isolados [...]. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais, etc. (2006: 6-7, advertência).

Esse “espaço da modernidade”, também chamado de “espaço abstrato”, seria formado no curso do desenvolvimento da atividade produtiva do trabalho social abstrato, mas não sem haver aí resquícios da produção dos espaços precedentes (o “espaço absoluto”, o “espaço histórico” – como Lefebvre caracteriza os espaços de épocas precedentes, no Renascimento, na Idade Média). E ainda, não sem haver aí a produção de novos resíduos a contradizer a lógica da homogeneidade até superá-la.

Pois, para Lefebvre, o espaço abstrato não é homogêneo, mas contém a homogeneidade como fim, como

‘objetivo’, e de forma que ele a impõe (2006: 39, IV). Do contrário, diz, “Conceber o espaço abstrato como homogêneo é portanto uma representação que toma o efeito pela causa e a atividade pela razão” (2006: 39, IV). De forma que seria próprio da lógica do espaço abstrato mascarar seu conteúdo. “Este espaço contém muito mascarando (denegando) o conteúdo em lugar de indicá-lo” (2006: § 45, V).

Qual o conteúdo efetivamente há? Segundo Lefebvre: tudo, tudo o que coexiste, tudo o que se pode nomear e numerar está no espaço (2006: § 93, v).

O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos, os símbolos. Ele os concentra, os acumula. Quem diz “especialidade urbana”, diz também centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, inquieta, pouco importa; ou seja, centralidade dialética (2006: 21, II).

Nesse sentido, não seria possível como não haver a produção da diferença na produção do espaço. “As diferenças se mantêm ou começam à margem da homogeneização, seja como resistência seja como exterioridade [...]. O diferente é primeiro o excluído (2006: § 72, VI). Porém, há de se afirmar que, numa teoria unitária, entendendo o espaço como totalidade, não haveria o excluído, somente o resíduo resistente a forças homogeneizantes.

Mas o processo de homogeneização-fragmentação e mundialização seria certamente contraditório: por um lado a capacidade de conceber e tratar o espaço como global, e por outro, a sua fragmentação por múltiplos procedimentos e processos. Para Lefebvre, essa seria a contradição fundamental, pois há aí a produção das diferenças, das dualidades, disparidades, rupturas desigualdades e conflitos que tenderiam à explosão do espaço abstrato e à produção de um outro espaço (2006: 23, VI). O outro, por oposição, seria necessariamente um espaço diferencial.

A sociedade nova, aqui como em outros lugares, não pode se definir senão pela inversão do mundo do avesso. Como o vivo pode apoderar-se da morte? Resposta: na produção do espaço, o trabalho vivo produz qualquer coisa, que não é mais uma coisa ou um simples conjunto de ferramentas, nem uma simples mercadoria. No espaço podem aparecer necessidades e desejos como tais, animando o produzir e o produto. Há, pode haver aí ainda espaços de jogo, espaços de gozo, arquiteturas da sabedoria ou do prazer. No e pelo espaço, a obra pode atravessar o produto, o valor de uso dominar o valor de troca, a apropriação, reinventando o mundo do avesso pode (virtualmente) dominar a dominação, o imaginário e o utópico, integrando o real (integrando-se ao real) (2006: § 127, V).

Essa então seria a perspectiva metafilosófica de superação utópica que Lefebvre assinala na produção do espaço. E nela, o corpo aparece como elemento fundamental, mas não como “sujeito”, antes como “mediação”. Para a significação da possibilidade de um mundo não dividido entre sensível, intelectual, mental; para a produção “inconsciente” das diferenças nos gestos repetitivos; para o elo com o espaço vivido e nos momentos de totalidade, como em momentos de festa, de revolta e de apropriação do espaço.

De sorte que o “sujeito” na hipótese metafilosófica de Lefebvre não seria exatamente um “sujeito”, nem tampouco um “objeto”, mas uma mediação entre produto-produtor e na relação forma-conteúdo. Mediação essa que se poderia associar com o corpo social e o corpo espacial, para Lefebvre, entendidos como espaço.

Como o corpo carnal do ser vivo, o corpo espacial da sociedade, o corpo social das necessidades, diferem de um “corpus abstrato” ou “corpo” de signos (semântico ou semiológico, “textual”) nesse sentido, eles não podem viver sem engendrar, sem produzir, sem criar diferenças. Impedi-los de o fazer, é matá-los (2006: 26, VI).

BIBLIOGRAFIA

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade: o Fenômeno Urbano, Sentido e Finalidade da Industrialização, o Principal Direito do Homem. Trad. T. C. Neto. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. O Fim da História. Trad. Antonio Reis. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

LEFEBVRE, Henri. O Pensamento Marxista e a Cidade. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, Henri. La Production de L'Espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006, no prelo.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2002.